



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

CONTRATO Nº 07/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1634/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE TIMON**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, situada na Rua Acrísio Veras, 488, Bairro Mangueira, inscrita no CNPJ sob nº 11.735.022.0001/16, doravante designada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu secretário, o **Sr. JOSÉ CARLOS FERNANDES DE ASSUNÇÃO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 504.636.591-04, residente e domiciliado na Travessa 02, Casa 11, Quadra 03, Conjunto Boa Vista, TIMON/MA, nomeado pela Portaria nº 0107/2021-GP e a empresa **LIMPA FOSSAS LILLI**, com sede na Rua Neusa Assunção, 1350, Sala B, Bairro Parque Alvorada, cidade de Timon, estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 37.406.118/0001-24, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Sra. Valdelivia Viana de Castro, brasileira, portadora do CPF 781.186.973-04, RG 1.558.560- SSP-PI, residente e domiciliado na Rua Manoel Teixeira de Moraes, 710, Bairro Parque Alvorada, Timon - MA, firmam o presente **CONTRATO**, tendo em vista o disposto na Lei nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei nº. 8.883/94, e as alterações da Lei nº. 9.648/98, e Decreto 9.412 de 18 de junho de 2018, em face da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2023 - SEMMA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente **CONTRATO** a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza e Desentupimento de Fossas Biológicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Timon - MA**, conforme descrito no Termo de Referência e Especificação dos Itens, anexados nos autos do processo.

1.2. Salvo o que tiver sido expressamente modificado por este instrumento, o objeto ora contratado, será efetuado em conformidade com os documentos a seguir enumerados, os quais, após rubricados pelas partes contratantes, passam a integrá-lo como se nele transcritos:

a) carta proposta da **CONTRATADA**, datada de 27 de Junho de 2023 e seus anexos a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	P. Unit. R\$	P. Total R\$
01	50	Carrada m³	Limpeza de Fossas Biológicas	280,00	14.000,00
02	45	Und	Desentupimento de Fossas Biológicas	34,00	1.530,00
Total R\$					15.530,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA - FONTE DE RECURSOS

2.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes do presente **CONTRATO** referentes à **Dispensa de Licitação nº 06/2023**, correrão por conta da dotação orçamentária na classificação, **Projeto/Atividade**: 2135- Manutenção da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Elemento de Despesa**: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros (pessoa jurídica); **Fonte de Recurso**: 500 - Recursos Próprios.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS

3.1. O preço total do presente contrato é de **R\$ 15.530,00 (quinze mil quinhentos trinta reais)** de acordo com a proposta comercial.

3.2. No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, embalagens, seguros, licenças e outros custos relacionados ao objeto.

4. CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

- 4.1. O prazo de vigência do **CONTRATO**, contados a partir da data de sua assinatura e publicação do seu extrato na imprensa oficial até o dia **31/12/2023**.
- 4.1.1. A ordem de fornecimento/serviço será de inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do termo de referência, cabendo aos mesmos todos os atos burocráticos indispensáveis para Administração Pública.
- 4.2. A execução do objeto deverá ser feita conforme o Termo de Referência, respeitando a necessidade do órgão ou ente.
- 4.2.1. Correrão por conta da Contratada as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do objeto e/ou substituições indicadas pela equipe ou pessoa designada para fiscalização caso detectarem alguma irregularidade no fornecimento/serviço.
- 4.3. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá descrever no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) ou outro documento de identificação oficial do servidor do Órgão Contratante responsável pelo recebimento.
- 4.4. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
- a) referindo-se a especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantendo o preço inicialmente contratado;
 - b) referindo-se à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, sob pena de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação por escrito, mantendo o preço unitário inicialmente contratado.
 - c) outro prazo poderá ser acordado, desde que não restem prejuízos para a Administração.
- 4.4. O objeto do contrato deverá ser recebido conforme determinar a autoridade contratante, conforme seja o caso, com emissão de relatório de execução do objeto na forma contratada, acompanhado da nota fiscal/fatura, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência.
- 4.5. Quando rejeitado o objeto no todo ou em parte, a contratada deverá substituí-los no prazo estabelecido pela Administração, observando todas as condições inicialmente estabelecidas.
- 4.6. Caso seja impossível de serem substituídos os objetos que forem rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida ao contratado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1. As condições para os **PAGAMENTOS** são as constantes no Termo de Referência, que a este integra.
- 5.2. Os pagamentos serão efetuados conforme adimplemento da condição, em moeda corrente nacional, em até 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente ao fornecimento/serviço e/ou bens, ou em outro prazo inferior que poderá ficar ajustado com o contratante, inclusive quanto aos parcelamentos, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela **FISCALIZAÇÃO** e notas de recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, **IR, CSLL, COFINS E MAS/PASEP**.
- 5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
- 5.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:
- a) A multa será descontada no valor total do respectivo contrato; e
 - b) Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo objeto, responderá o contratado pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

5.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo para pagamento começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigidas.

5.6. A retenção dos tributos não será efetuada caso o licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o mesmo é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

5.7. A contratante, quando da efetivação do pagamento, poderá exigir da contratada a documentação que comprove a regularidade em relação à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, INSS e FGTS, sob pena da não efetivação do pagamento.

5.8. Somente poderá ocorrer a reajuste do valor contratado quando:

5.8.1. Nas hipóteses em que sobrevierem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis para a Administração, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, sempre objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas nos artigos 81, 87, 88 e seus parágrafos, todos da Lei nº. 8.666/93.

6.2. A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato, será calculada sobre o valor do objeto não executados, competindo sua aplicação ao titular do órgão contratante, observando os seguintes percentuais:

a) de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso até o limite correspondente a 10 (dez) dias; e
b) de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 15 (quinze) dias;

c) de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindir o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

6.2.1. Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada cometer qualquer infração às normas legais Federais, Estadual e Municipal, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

6.2.2. Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

- a) executar objeto em desacordo com o Termo de Referência, normas e técnicas ou especificações, independentemente da obrigação de fazer as correções necessárias, às suas expensas;
- b) praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.



6.3. ADVERTÊNCIA

6.3.1. A aplicação da penalidade de advertência será efetuada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou nas licitações, desde que acarretem pequeno prejuízo ao Município de Timon, independentemente da aplicação de multa moratória ou de inexecução contratual, e do dever de ressarcir o prejuízo;
- b) execução insatisfatória do objeto contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;
- c) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento das atividades do órgão solicitante, desde que não sejam passíveis de aplicação das sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade.

6.4. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

6.4.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Timon pelo prazo de até 02 (dois) anos, ~~ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição,~~ a pessoa,



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 c/c, práticas que contrariem disposições do Decreto Municipal nº 009/2009.

6.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.5.1. A declaração de inidoneidade será proposta pelo agente responsável para o acompanhamento da execução contratual à Administração se constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do Município de Timon, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos ao Município de Timon ou aplicações sucessivas de outras sanções administrativas.

6.5.2. A declaração de inidoneidade implica proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a Administração, após ressarcidos os prejuízos e decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

6.5.3. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública será aplicada ao licitante ou contratado nos casos em que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para licitar e contratar com o Município de Timon, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzirem, divulgarem ou utilizarem em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão de execução deste contrato, sem consentimento prévio da Administração, em caso de reincidência;
- e) apresentarem à Administração qualquer documento falso, ou falsificado no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação, ou no curso da relação contratual;
- f) praticarem fato capitulado como crime pela Lei 8.666/93.

6.5.4. Independentemente das sanções a que se referem os itens 6.2 e 6.4 da Cláusula VI, o licitante ou contratado está sujeito ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizado:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinente;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

6.6. Nenhum pagamento será feito ao executor do objeto que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

6.7. As sanções serão aplicadas pelo titular da Administração, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa é de 10 (dez) dias da abertura de vista, conforme § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

6.8. As multas administrativas previstas neste instrumento, não têm caráter compensatório e assim, o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Em cumprimento às suas obrigações cabe à **CONTRATADA**, além das obrigações constantes das condições para a execução do objeto e daquelas estabelecidas em lei:

7.2. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nos termos da legislação vigente, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los;

7.3. Atender prontamente às requisições dos entes contratantes para a **aquisição de serviços de limpeza e desentupimento de fossas biológicas**, constante no Termo de Referência e especificações dos itens anexados nos autos do processo;

7.4. Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato/objeto,





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

- 7.5. Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou de consumo do Município de Timon/MA, em decorrência da execução do objeto deste Termo de Referência, desde que devidamente comprovado, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- 7.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta dispensa de licitação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Órgão Contratante.
- 7.7. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.
- 7.8. Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à CONTRATANTE, através do representante ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidade que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final do objeto;
- 7.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, entre outras despesas como transporte, embalagens, seguro, entregas relacionadas ou objeto.
- 7.10. Indicar o preposto para representar a empresa durante a execução do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 8.1. Será responsável pela lavratura do respectivo Contrato, com base nas disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato.
- 8.3. Emitir a “**REQUISICÃO**” autorizadora do fornecimento/serviço contratados.
- 8.4. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.
- 8.5. Fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado, conforme dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A **CONTRATANTE** exercerá a Fiscalização geral do objeto prestados do presente **CONTRATO**, através de servidores designados para esta **FISCALIZAÇÃO**.
- 9.2. Fica a **CONTRATADA** obrigada a permitir e facilitar a qualquer tempo, a Fiscalização do objeto, facultando o livre acesso as instalações da empresa, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa Fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da **CONTRATANTE**.
- 9.3. A Fiscalização verificará o cumprimento das especificações e aplicação dos métodos de ensaios pertinentes, bem como a quantidade, qualidade e aceitabilidade dos produtos.
- 9.4. Fica estabelecido que a Fiscalização não terá poder para eximir a **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste **CONTRATO**.
- 9.5. Fica designado mediante a **portaria de nº 011/2022 - SEMMA** o Sr. **Ricardo Hadson de Lima Oliveira**, fiscal do presente contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - TRIBUTOS

- 10.1. Qualquer alteração, criação ou extinção de benefícios fiscais ou tributos (impostos, taxas ou contribuição de melhoria), após a assinatura deste **CONTRATO**, que reflita, comprovadamente, na execução do objeto, facultará às partes a sua revisão, para mais ou para menos, por mútuo e expresso acordo, observada a legislação vigente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado pela **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do artigo 65 da Lei n. 8.666/93.

I - Unilateralmente pela **CONTRATANTE**:

- a) quando houver modificação nas especificações do objeto, para melhor adequação dos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até o limite previsto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

II - Por acordo entre as partes:

- a) quando necessária a modificação do modo de realização do objeto contratado, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação dos serviços;
- c) para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Nos casos omissos deverão ser aplicadas as disposições legais da Lei Federal n.º 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOCUMENTOS ANTERIORES E REGISTROS

13.1. Em caso de divergência existente entre os documentos integrantes do presente **CONTRATO**, fica estabelecido que este instrumento prevalecerá como regulador dos objetos ora contratado, substituindo toda e qualquer documentação anteriormente fornecida entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O Contrato a ser celebrado poderá ser rescindido na forma dos artigos 78 e 79 da lei 8.666/93, nos casos:

I - Administrativamente, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações, dos detalhes executivos ou de prazos;
- c) Lentidão no seu cumprimento, levando o Município de Timon a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do fornecimento/serviço, nos prazos estipulados;
- d) Atraso injustificado no início do fornecimento/serviços;
- e) A paralisação do fornecimento/serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao Município de Timon;
- f) A Subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do licitante contratado a outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação do licitante contratado, não admitido previamente pelo Município de Timon;
- g) Desatendimento às determinações regulares das autoridades designadas para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- h) Cometimento reiterado de faltas na execução do objeto contratado;
- i) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil em condições que, a juízo do Município de Timon, ponham em risco a perfeita execução das obras do objeto;
- j) Dissolução da sociedade contratada;
- l) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura do licitante contratado que, a juízo do Município de Timon, prejudique a execução do Contrato;
- m) Razões de interesse do serviço público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Município de Timon e exaradas no processo administrativo referente ao Contrato;
- n) Supressão do objeto que acarretem modificações do valor inicial do Contrato além do limite imposto ao contratado;
- o) Suspensão de sua execução, por ordem escrita do Município de Timon por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ~~ou ainda por repetidas suspensões~~ que totalizem o mesmo prazo, independentemente do



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações. É assegurado ao licitante contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

- p) Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Município de Timon, em razão da execução do objeto do Contrato, ou parcelas destes, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao licitante contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- q) Não liberação, pelo Município de Timon, de área ou local para execução dos objetos, nos prazos contratuais, assegurado ao licitante contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- r) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, que seja impeditivo da execução do Contrato.
- s) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

II - Amigavelmente pelas partes.

III - Judicialmente.

14.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.3. No caso de rescisão administrativa embasada em razões de interesse para a contratação, público, prevista nas letras "l", "m", "n", "o", "p" e "q", do inciso "I" do 15.2, sem que haja culpa do licitante contratado, este será ressarcido dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovado, tendo ainda direito a:

I - Devolução da garantia prestada;

II - Pagamento devido pela execução do Contrato até a data da rescisão;

III - Pagamento do custo da desmobilização

14.4. A rescisão administrativa elencadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l" e "q", poderá acarretar as seguintes consequências, aplicáveis segundo a ocorrência que a justificar, sem prejuízos das sanções previstas:

I - assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município de Timon;

II - ocupação e utilização, nos termos da legislação vigente, do local, instalação, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do Contrato, necessário à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação na forma do inciso V do Art. 58, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

III - execução de garantia contratual, para ressarcimento do Município de Timon dos valores das multas e indenizações a ela devida;

IV - retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município de Timon.

14.5. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do subitem anterior fica a critério do Município de Timon, que poderá dar continuidade ao fornecimento/serviço por execução direta ou indireta.

14.6. O presente Contrato poderá ser rescindido, ainda, pelo Município de Timon, se a CONTRATADA transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do fornecimento/serviço, sem prévia e expressa autorização do Município de Timon.

14.7. Não poderão ser invocados como motivo de força maior ou caso fortuito, senão aquele previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro.

14.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VICULAÇÃO E DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao procedimento de **Dispensa de Licitação 06/2023**, e tem como fundamentação legal o **Artigo 24, II, da Lei 8.666/93**.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - SEMMA
CNPJ Nº 11.735.022/0001 - 16

I - Fazem parte deste contrato o **Processo Administrativo n.º 1634/2023** com todas as suas peças entre elas: solicitação, termo de referência com as especificações do material/serviço e justificativa para a contratação, proposta de material/serviço e preço, cujas disposições devem ser integralmente cumpridas, mesmo que aqui não tenham sido reproduzidas ou contempladas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO

18.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

19.1. Elegem, as partes, o Foro da Comarca de Timon, com renúncia expressa a qualquer outro, para solução de quaisquer questões oriundas do presente **CONTRATO**.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial do Município, por conta e ônus da CONTRATANTE, no prazo previsto por Lei.


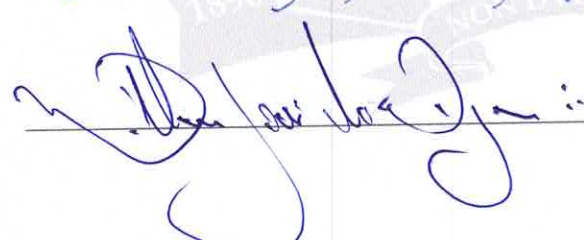
E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Timon/MA 03 de Julho de 2023


SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - Contratante
José Carlos Fernandes de Assunção – Portaria 0107/2021-GP


LIMPA FOSSAS LILLI - Contratada
Valdelivia Viana de Castro

Testemunhas:

1.  CPF Nº. 428.548.223-15
2.  CPF Nº. 017.165.643-10.

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Processo administrativo nº 187/2023.
Adesão nº 10/2023-SEMDES
Fundamento: Adesão à Ata de SRP nº 021/2023 do Pregão Eletrônico nº 017/2023 - SEMCASPI/PMT, do Município de Teresina-PI, Decreto Municipal nº 2331/2021.
Objeto: Homologação do resultado do Processo Administrativo nº 0187/2023 – SEMDES que originou a Adesão a Ata de Registro de Preço supracitada, que tem como objetivo o a contratação de empresa para aquisição de utensílios domésticos e materiais de cozinha para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEMDES, em favor da empresa detentora da Ata de Registro de Preços nº 021/2023, empresa: **J R PESSOA FILHO LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ nº 02.939.894/0001-93, considerando a plena regularidade e legalidade do processo administrativo.
Data da Assinatura: 03/07/2023.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Processo administrativo nº 188/2023.
Adesão nº 09/2023-SEMDES
Fundamento: Adesão nº 09/2023-SEMDES à Ata de Ata de SRP nº 019/2023 do Pregão Eletrônico nº 005/2023 – Processo Administrativo 05135/2022 da Secretaria Municipal de Saúde de Timon-MA, Decreto Municipal nº 0231/2021.

Objeto: Homologação do resultado do Processo Administrativo nº 188/2023 – SEMDES que originou a Adesão a Ata de Registro de Preço supracitada, que tem como objetivo contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de fardamento e enxoval de cama para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, em favor da empresa detentora da Ata de Registro de Preços nº 019/2023, empresa: **APF de CARVALHO ME**, CNPJ nº 09.101.218/0001-07, considerando a plena regularidade e legalidade do processo administrativo. **Data da Assinatura:** 03/07/2023.

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATO Nº: 001/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1297/2023.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 001/2023.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1297/2023.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA, POR INTERMÉDIO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL.
CNPJ DO CONTRATANTE: 06.115.307/0001-14.
CONTRATADA: CBC (COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS)
CNPJ DA CONTRATADA: 57.494.031/0001-63
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO PARA AS ARMAS DE FOGO INSTITUCIONAIS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL TIMON-MA
VIGÊNCIA: A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROJETO/ATIVIDADE(2068); NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 (MATERIAL DE CONSUMO).
FONTE DE RECURSO: RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.
VALOR GLOBAL: R\$ 71.122,20 (SETENTA E UM MIL CENTO E VINTE DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 10 DE JULHO DE 2023.
VALOR GLOBAL: R\$ 17.260,75 (DEZESSETE MIL DUZENTOS E SESSENTA REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)
DATA DA ASSINATURA: 10 DE JULHO DE 2023.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATO Nº: 002/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1298/2023.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 002/2023.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 8.666/93
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1298/2023.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA, POR INTERMÉDIO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL.
CNPJ DO CONTRATANTE: 06.115.307/0001-14.

CONTRATADA: CBC (COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS)
CNPJ DA CONTRATADA: 57.494.031/0010-54
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUNIÇÃO CBC 12/70 PARA AS ARMAS DE FOGO INSTITUCIONAIS DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL TIMON-MA
VIGÊNCIA: A PARTIR DA ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROJETO/ATIVIDADE(2068); NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30 (MATERIAL DE CONSUMO).
FONTE DE RECURSO: RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 051/2023 – Adesão nº 07/2023-SEMDES
Processo Administrativo: 190/2023-SEMDES
Fundamentação: Adesão à Ata de SRP nº 002/2023 do Pregão Eletrônico nº 191/2022 - SEMCASPI/PMT, do Município de Teresina-PI. Lei nº 8.666/93, Decreto 3931/2001, Decreto 7892/2013, Decreto 9488/2018, Decreto Municipal nº 0231/2021.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis-hortifrutigranjeiros para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e suas Unidades
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Contratada: J R PESSOA FILHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.939.111/0001-93.

Valor total estimado: R\$ 165.916,25 (cento e sessenta e cinco mil novecentos e dezesséis reais e vinte e cinco centavos)
Data de Assinatura: 03/07/2023.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 052/2023 – Adesão nº 08/2023-SEMDES
Processo Administrativo: 191/2023-SEMDES

Fundamentação: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 013/2023 por meio do Pregão Eletrônico nº 174/2022 e Processo Administrativo nº 00049.007761/2022-91-SEMCASPI SEMCASPI da prefeitura Municipal de Teresina-PI. Lei nº 8.666/93, Decreto 3931/2001, Decreto 7892/2013, Decreto 9488/2018, Decreto Municipal nº 0231/2021.

Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 013/2023 por meio do Pregão Eletrônico nº 174/2022 e Processo Administrativo nº 00049.007761/2022-91-SEMCASPI da prefeitura Municipal de Teresina-PI, referente à contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis-carne, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social-SEMDES e seus programas.
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Contratada: J R PESSOA FILHO LTD, inscrita no CNPJ sob o nº 02.939.111/0001-93.

Valor total estimado: R\$ 933.059,01 (novecentos e trinta e três mil e cinquenta e nove reais e um centavo)
Data de Assinatura: 03/07/2023.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 055/2023 - Semdes. **Objeto:** Aquisição de material permanente para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e programas vinculados. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico nº 030/2023, Liberação nº 374/2023. **Contratante:** Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. **Contratada:** J R D BRANDÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.511.454/0001-22. **Valor total estimado:** R\$ 215.058,00 (duzentos e quinze mil e cinquenta e oito reais). **Data de Assinatura:** 10/07/2023. **Vigência:** 31/12/2023.

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
Contrato nº 056/2023 - Semdes. **Objeto:** Aquisição de material permanente para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e programas vinculados. **Fundamentação:** Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, Pregão Eletrônico nº 030/2023, Liberação nº 376/2023. **Contratante:** Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. **Contratada:** MAGAZINE ELETRO LTDA, inscrita no CNPJ nº

02.671.581/0001-19. **Valor total estimado:** R\$ 330.195,00 (trezentos e trinta mil cento e noventa e cinco reais). **Data de Assinatura:** 10/07/2023. **Vigência:** 31/12/2023.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Termo Aditivo nº: 03/2022
Contrato nº 007/2022 - SEINFRA
Processo Administrativo nº: 0662/2022
Fundamentação Legal: Art. 57, II da Lei 8.666/93.
Contratante: Município de Timon, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SEINFRA
CNPJ: 06.115.307/0001-14

Contratado: CERRADO ENGENHARIA INCORPORADORA EIRELLI

CNPJ: 02.725.914/0001-45

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência e de execução do Contrato nº 007/2022.

Dotação orçamentária: Projeto/Atividade 1031 – Pavimentação Poliédrica das Vias Urbanas e 1041 – Construção e Recuperação de Galerias na Zona Urbana.

Elemento de Despesa: 4.4.90.51

Fonte de Recurso: 500/700

Prazo de Execução: 04/12/2023

Prazo de Vigência: 27/05/2024

Valor Global: R\$ 11.305.501,01 (onze milhões trezentos e cinco mil quinhentos e um reais e um centavo).

Data da assinatura: 01/06/2023.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

MUNICÍPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Interessado: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Na publicação no Diário Oficial do Município, Edição nº 2.677, dia 07 de Julho de 2023, referente ao Contrato nº 06/2023, **RETIFICA-SE:**

Onde se lê: Contrato número 06/2023; **Leia-se:** Contrato número 07/2023.

Onde se lê: Aquisição de Serviços de Limpeza e Desentupimento de Fossas Biológicas; **Leia-se:** Prestação de Serviços de Limpeza e Desentupimento de Fossas Biológicas.

Assinado de forma digital por MUNICIPAL DE TIMON:06115307000114 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PI, l=Teresina, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=20937130000162, ou=Presencial, ou=Certificado PJ A3, cn=MUNICIPAL DE TIMON:06115307000114 Dados: 2023.07.11 17:21:23 -03'00'





SEMDES

TERMO DE POSSE DE CONSELHEIRO TUTELAR – TITULAR

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, a Exma. Senhora Marilda de Oliveira Loliola Cruz - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Timon-MA, no uso de suas atribuições legais e conferidas pelas Leis Municipais n. 966/92 e n. 1.251/2002, Revogada pela Lei Nº 2.274, de 12 de junho de 2023, deliberou sobre o ato de convocação e posse do quinto suplente de Conselheiro Tutelar da Região Administrativa I – Centro, Sr. **CLÁUDIO ROBERTO SILVA DOS SANTOS**, para o exercício de Conselheiro Tutelar, em substituição a Conselheira Tutelar Titular Sra. **RICSANDRA FURTADO DE SANTANA BEZERRA**, no período de 07 de julho de 2023 a 15 de janeiro de 2024, e empossou o Sr. **CLÁUDIO ROBERTO SILVA DOS SANTOS**, que a partir de então, e no período supracitado, exercerá o mandato de Conselheiro Tutelar Titular. E para constar, o presente termo foi lavrado e assinado pelo Conselheiro Tutelar empossado, Presidente do CMDCA.

Cláudio Roberto Silva dos Santos
Cláudio Roberto Silva dos Santos
Conselheiro Tutelar – Titular

Marilda de Oliveira Loliola Cruz
Marilda de Oliveira Loliola Cruz
Presidente do CMDCA/Timon-MA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES – 2024-2027

A Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Unificado dos Membros do Conselho Tutelar, sob a anuência do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) do município de Timon-MA, no uso de suas atribuições legais, com base no Edital nº 001/2023,

RESOLVE:

DIVULGA o gabarito preliminar da prova aplicada no dia 06 de Julho de 2023, referente ao Processo de Escolha Unificado para Conselheiro Tutelar aberto através do Edital Público nº 001/2023, conforme segue:

Timon (MA), 07 de julho de 2023.

Denis Carvalho de Lima
Denis Carvalho de Lima
Presidente da Comissão Especial

ORD	RESPOSTA	31	C
01	C	32	B
02	D	33	C
03	B	34	B
04	D	35	A
05	A	36	C
06	D	37	B
07	B	38	D
08	A	39	C
09	C	40	C
10	C	41	A
11	C	42	B
12	D	43	B
13	B	44	A
14	A	45	A
15	B	46	B
16	B	47	C
17	D	48	B
18	C	49	C
19	B	50	A
20	D	51	D
21	A	52	A
22	C	53	A
23	D	54	C
24	D	55	A
25	C	56	B
26	D	57	C
27	A	58	D
28	D	59	B
29	A	60	C
30	C		

TERMO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO
ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1257/2023.

OBJETO: Contratação de serviços artísticos musical da banda Toca do Vale, para apresentação nos Festejos dos Folguedos 2023 de Timon/MA.

De acordo com o procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, objetivando a contratação de serviços artísticos musical da banda Toca do Vale, para apresentação nos Festejos dos Folguedos 2023 de Timon/MA, **RATIFICO** o parecer jurídico e **ADJUDICO** o seu objeto no valor global de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), em favor da empresa MZX ENTRETENIMENTO E PRODUÇÕES DE EVENTOS, conforme proposta, justificativas vinculadas ao presente procedimento, fundamentada no Artigo 25, inciso III da Lei nº 8666/93 e atuado no processo administrativo nº 1257/2023. Encaminhem-se os autos ao setor competente para elaboração do contrato e demais providências cabíveis. Timon/MA, 26 de junho de 2023.

Leylianne Beserra de Almeida Monteiro
Leylianne Beserra de Almeida Monteiro
Presidente da Fundação Municipal de Cultura
Port. nº 0120/2021-GP

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1258/2023.

OBJETO: Contratação de serviços artísticos musical da Walkiria Santos, para apresentação nos Festejos dos Folguedos 2023 de Timon/MA.

De acordo com o procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, objetivando a contratação de serviços artísticos musical da Walkiria Santos, para apresentação nos Festejos dos Folguedos 2023 de Timon/MA, **RATIFICO** o parecer jurídico e **ADJUDICO** o seu objeto no valor global de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em favor da empresa E V B SANTOS ENTRETENIMENTO, conforme proposta, justificativas vinculadas ao presente procedimento, fundamentada no Artigo 25, inciso III da Lei nº 8666/93 e atuado no processo administrativo nº 1258/2023. Encaminhem-se os autos ao setor competente para elaboração do contrato e demais providências cabíveis. Timon/MA, 26 de junho de 2023.

Leylianne Beserra de Almeida Monteiro
Leylianne Beserra de Almeida Monteiro
Presidente da Fundação Municipal de Cultura
Port. nº 0120/2021-GP

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2023.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1259/2023.

OBJETO: Contratação de serviços artísticos musical da banda Desejo de Menina, para apresentação nos Festejos dos Folguedos 2023 de Timon/MA.

De acordo com o procedimento de inexigibilidade de licitação em epígrafe, objetivando a contratação de serviços artísticos musical da banda Desejo de Menina, para apresentação nos Festejos dos Folguedos 2023 de Timon/MA, **RATIFICO** o parecer jurídico e **ADJUDICO** o seu objeto no valor global de R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais), em favor da empresa YALÊ ENTRETENIMENTO, conforme proposta, justificativas vinculadas ao presente procedimento, fundamentada no Artigo 25, inciso III da Lei nº 8666/93 e atuado no processo administrativo nº 1259/2023. Encaminhem-se os autos ao setor competente para elaboração do contrato e demais providências cabíveis. Timon/MA, 26 de junho de 2023.

Leylianne Beserra de Almeida Monteiro
Leylianne Beserra de Almeida Monteiro
Presidente da Fundação Municipal de Cultura
Port. nº 0120/2021-GP

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 007/2023

Processo Administrativo nº 01257/2023

Inexigibilidade de Licitação: nº 005/2023

Fundamentação legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei

nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA
CNPJ do contratante: 00.850.077/0001-50
Contratada: MZX ENTRETENIMENTO E PRODUÇÕES DE EVENTOS

CNPJ da contratada: 15.484.236/0001-18

Objeto: Contratação de serviços artísticos musical da banda "Toca do Vale", para apresentação no dia 20 de julho no Folguedos de Timon 2023.

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 2156 – Manutenção da Cultura Popular e Realização de Eventos.

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros-(Pessoa Jurídica)

Fonte de Recurso: 500 – Recursos Próprios

Valor Global: R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Data da Assinatura: 26/06/2023

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 008/2023

Processo Administrativo nº 01258/2023

Inexigibilidade de Licitação nº 006/2023

Fundamentação legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CNPJ do contratante: 00.850.077/0001-50

Contratada: E V B SANTOS ENTRETENIMENTO

CNPJ da contratada: 27.388.469/0001-04

Objeto: Contratação de serviços artísticos musical da atração "Walkiria Santos", para apresentação no dia 19 de julho no Folguedos de Timon 2023.

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 2156 – Manutenção da Cultura Popular e Realização de Eventos.

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros-(Pessoa Jurídica)

Fonte de Recurso: 500 – Recursos Próprios

Valor Global: R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais).

Data da Assinatura: 26/06/2023

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

Contrato nº 009/2023

Processo Administrativo nº 01259/2023

Inexigibilidade de Licitação nº 007/2023

Fundamentação legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

CNPJ do contratante: 00.850.077/0001-50

Contratada: YALÊ ENTRETENIMENTO

CNPJ da contratada: 30331267/0001-22

Objeto: Contratação de serviços artísticos musical da banda "Desejo de Menina", para apresentação no dia 18 de julho no Folguedos de Timon 2023.

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade: 2156 – Manutenção da Cultura Popular e Realização de Eventos.

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – outros serviços de terceiros-(Pessoa Jurídica)

Fonte de Recurso: 500 – Recursos Próprios

Valor Global: R\$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais).

Data da Assinatura: 26/06/2023

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATO Nº: 06/2023

DATA DO CONTRATO: 03/07/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 1634/2023

FUNDAMENTAÇÃO: Artigo 24, II, da Lei 8.666/93.

OBJETO: Contratação de Empresa para Aquisição de Serviços de Limpeza e Desentupimento de Fossas Biológicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Timon – MA

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente - CNPJ 11.735.022/0001-16

CONTRATADA: Limpas Fossas LIII - CNPJ nº 37.406.118/0001-24

VALOR GLOBAL: R\$ 15.530,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2135

FONTE DE RECURSO: 1.500

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00

MUNICIPIO DE TIMON – ESTADO DO MARANHÃO

CONTRATO nº 50/2023.

Processo Administrativo nº 182/2023 – SEMDES.